

RESENHA

APONTAMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Ivanilce N. Chagas - Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – PPGS/UFAM.

E-mail: ivanilcechagas@hotmail.com

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SÍNTESE

A fim de compreender as relações sociais por meio da História e assim propiciar o entendimento entre as pessoas no mundo em que vivemos, propomos uma reflexão sobre a participação da mulher na política e o conceito de política à luz do pensamento de autores contemporâneos como: Maria Prado e Stella Franco; e Jaime Pinsky e Carla Pinsky cujas obras, - *A nova História das Mulheres no Brasil* e *História da Cidadania*, que respectivamente discutem o papel da mulher na política no Brasil. Considerando que se trata de um tema mais amplo do que a priori se imagina. Por Política entendemos toda relação social.

A participação feminina na política

Em busca da compreensão das relações sociais por meio da História e assim propiciar o entendimento entre as pessoas no mundo em que vivemos, propomos uma reflexão sobre a participação da mulher na política e o conceito de política à luz do pensamento de autores contemporâneos como: *Maria Prado e Stella Franco*; e *Jaime Pinsky* e *Carla Pinsky* cujas obras, - *A nova História das Mulheres no Brasil e História da Cidadania*, que respectivamente discutem o papel da mulher na política no Brasil. Considerando que se trata de um tema mais amplo do que a priori se imagina. Por Política entendemos toda relação social.

De acordo com PRADO e FRANCO no texto - *Participação feminina no debate público brasileiro* - a política não se restringe apenas à esfera do Estado e suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana se fazendo presente nos diversos tipos de relações que se estabelecem entre os indivíduos, inclusive nas relações entre homens e mulheres. Para os autores há política inclusive nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais, bem como nas manifestações, quer sejam espontâneas quer sejam organizadas. De modo que até os sentimentos que envolvem tem relevância.

Os referidos autores demonstram a partir de vasta bibliografia que a mulher vem participando de movimentos sociais e políticos no Brasil efetivamente desde o século XIX. Demonstrando que o conceito de política é amplo e permeia todo tipo de relação social. Assim a luta feminina pela equidade entre gêneros, iniciada com a demanda por cidadania política, passando por sua representação nas esferas de tomada de decisão, até direitos sobre o seu próprio corpo, trouxe à baila as discrepâncias existentes em sua representação e as dificuldades encontradas na sublimação desses estereótipos.

No texto *As mulheres célebres – Brasileiras ilustres de Josefina de Azevedo e Inês Sabino (1899)*: podemos observar a trajetória e a participação de várias mulheres em movimentos políticos no Brasil. Já no período republicano tivemos mulheres que chegaram inclusive a empunhar armas como o caso de *Bárbara de Alencar* que aos 57 anos de idade engajou-se na revolução de 1817 na vila do Crato, Ceará, junto com o irmão e três filhos defendendo a independência e os ideais republicanos. Após o insucesso da rebelião do Crato *Bárbara de Alencar* foi presa e transferida para

Fortaleza, Recife e posteriormente para Salvador, aonde dividiu cela com um de seus filhos, o Padre Martiniano de Alencar (pai do escritor José de Alencar). Após a sua libertação em 1820, envolve-se na epopeia da Confederação do Equador, em 1824, vindo a falecer em 1832.

Depois tivemos participação de outras mulheres com veia revolucionária que ficaram conhecidas como - *heroínas da pátria*. Podemos citar com maior evidência a participação direta de *Maria Quitéria (1792)*, que travestiu-se de soldado para lutar pela independência em relação a Portugal. Sendo filha única de família sertaneja, sabia caçar, montar e especialmente manejar armas de fogo. Apesar de não ser letrada, possuía ardente paixão pela pátria, o que a fez lutar em batalhas bem sucedidas, sendo condecorada pelo imperador ao desembarcar na cidade do Rio de Janeiro com o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha.

Os dois exemplos supracitados não são casos isolados, ao longo da História do Brasil tivemos inúmeras mulheres envolvidas com lutas políticas, como: *Joana Angélica de Jesus*, que travou batalha com soldados para defender a invasão do convento Nossa Senhora da Conceição na Lapa, aonde era abadessa, sendo atingida por uma baioneta, vindo a falecer no dia seguinte. Podemos ainda citar o movimento das *senhoras paulistas* que enviaram uma carta à *Imperatriz Leopoldina* a fim de felicita-la declarando seu amor à pátria, dispendo-se inclusive à participar diretamente das batalhas, com a argumentação de que aquela não deveria ser função exclusiva dos homens, mas também de mulheres com sentimento patriótico.

À guisa de maior exemplificação apresentamos outros exemplos que ilustram a participação de mulheres em movimentos políticos na segunda metade do século XIX, época de total domínio masculino. Nesse período três mulheres se destacam pela participação direta em batalhas atuando como enfermeiras e em outros cargos, como *Maria Amália de Rego Barreto* e *Jovita Feitosa (1848)*. A primeira apresentou-se como voluntário da pátria na Guerra do Paraguai apesar de ser recusada segundo historiadores, recebeu homenagens pelo sentimento patriota que nutria pelo país tornando-se heroína.

Os autores ao demonstram nos textos que a ação de mulheres em movimentos sociais e conseqüentemente políticos pela independência é em si uma manifestação de luta política; o sentimento de patriotismo era por si só considerado uma manifestação política, mas vale lembrar que naquela época todas as mulheres envolvidas em lutas

políticas eram consideradas transgressoras e violadoras das leis da natureza. O próprio poeta *Machado de Assis* pronunciou-se em favor desse pensamento publicando um texto aonde se opõe expressamente ao envolvimento da mulher na guerra, defendendo que o papel da mulher seria aquele determinado pela própria natureza e que sua verdadeira participação na guerra é o de apoiar os homens, cumprindo com seu papel de mãe, de esposa, beata, posto que a atividade de guerrear é uma violação da natureza feminina. Tal pensamento representa a sua época, o que é compreensível. Ressalta-se ainda que os poetas e escritores foram de grande importância no registro desses acontecimentos que permearam todo o século XIX e XX resultando em grandes conquistas para as mulheres.

A mulher esteve envolvida nos movimentos de lutas políticas em todos os períodos marcados pelas sedições internas e externas no Brasil, seja de modo direto ou indireto, participando de batalhas, atuando como enfermeiras, como costureiras, e mesmo na imprensa como no caso de *Ana Eurídice Baranda* (1806-1866), que esteve à frente da publicação do panfleto denominado *diálogos*, defendendo a participação das mulheres e a liberdade de expressão do sexo feminino. Na verdade a imagem do desinteresse da mulher pela política é construída pelo pensamento tradicional, contrariando os registros históricos que garantem, por exemplo, que na revolução Farroupilha, diversas mulheres esposas de generais participavam da política vigente, aconselhando-os acerca de estratégias políticas e influenciando na tomada de decisões.

Desse modo é possível conhecer a trajetória de certas mulheres que estiveram envolvidas na luta política em momentos marcantes de nossa história. Enfatizamos a luta contra a escravidão onde a mulher mais uma vez se destaca levantando a bandeira da liberdade. Mulheres guerreiras e destemidas criaram meios ousados para atacar a escravatura, como a promoção de eventos beneficentes a fim de arrecadar fundos, criaram associações em prol da abolição da escravidão. Essa participação é lembrada ainda sob a forma de poemas e romances, bem como outras formas de escrita.

No final do século XIX, a literatura torna-se uma poderosa arma política através do romance, pela característica de apelo aos fatos dramáticos e as injustiças cometidas às pessoas em condições de desvantagem, com o papel de tocar a mente e a sensibilidade dos leitores angariavam simpatizantes para a causa. O romance *Úrsula de Maria Firmina dos Reis* (1917), possui teor altamente crítico à escravidão, o texto é carregado de denúncias aos maus tratos sofridos pelos escravos, às diferenças sociais oriundas da escravidão e se opõe sobremaneira à imposição do poder do forte sobre o

fraco. A referida autora era uma defensora das classes discriminadas e oprimidas como os escravos, os indígenas, os pobres e as mulheres. Fazia questão de exaltar as qualidades desses grupos sociais o que levava aos simpatizantes da causa à sensibilização e adesão. Ressalte-se que trata-se de uma professora aprovada por concurso público que chegou a ser diretora de uma escola mista para pobres. Em seu romance projetava uma possível ruptura nas tradicionais relações de poder.

Muitos foram os momentos em que a participação da mulher pela emancipação política foi notória. As mulheres participaram das convenções sociais e tiveram posicionamento político expressivo ao longo da História do Brasil. No final do século XIX as reivindicações se davam sob diversas formas, pois a mulher encoraja-se e empreende uma luta em prol da capacitação intelectual da classe. Teve como representante *Nísia Floresta* que ficou conhecida como a primeira feminista do Brasil, filha de pai europeu teve contato direto com movimentos sociais mais ousados na Europa, tendo oportunidade de emancipação intelectual, o que lhe rendeu forças para lutar pela causa no Brasil.

Nísia escreveu diversos ensaios como *A mulher* em 1859 e traduziu obras relacionadas. Na maioria de seus textos defendia de maneira sutil e até indireta as ideias de projeção da mulher na esfera pública, em outros se fazia de modo mais explícito. Para ela à medida que o homem é nutrido pelo sentimento patriótico a mulher mostra-se portadora de um impulso humanitário. Na maioria de seus textos tratou com profundidade questões relacionadas à pobreza e à marginalidade social, pois entende que trata-se de problemas resultantes das diferenças sociais e econômicas, nascidas do descaso político vigente, da ação despótica da tradição.

Como já foi demonstrado até aqui, a participação política da mulher foi uma constante ao longo do século XIX, encontrando diversas formas de manifestação desde à ação em batalhas, como por meio da imprensa escrita. No final do século a luta pelos direitos políticos se estabelece de modo mais efetivo e as reivindicações são ampliadas.

No final do século XIX, após décadas de envolvimento em diversos tipos de movimentos políticos, a mulheres lutavam pelos direitos políticos femininos de forma mais efetiva. A fundamentação da República cuja ideia era de representação política dos diversos estratos sociais, proclamada em 1889 acelerou o engajamento das mulheres na luta por direitos políticos, posto que levantou pela primeira vez a discussão acerca do

sufrágio feminino. No entanto o sufrágio não se efetivou de modo imediato, pois a constituição não era clara quanto à participação da mulher ao direito de votar e ser votada, mas possuía uma lacuna já que o texto garantia que o direito de votar poderia ser exercido por todo aquele que fosse alfabetizado e maior de 21 anos. O texto não apresentava uma menção explícita sobre a mulher, mas a permissão para alfabetizados permitia ao menos às mulheres cultas a ousadia de pleitear o direito de votar e serem votadas. O que levou diversas mulheres letradas a se manifestar em relação ao direito de participar das eleições. Inicialmente esse direito foi negado e dificultado. Posto que a constituição republicana não mencionava claramente qualquer direito da mulher em relação aos processos políticos.

A imprensa dita, feminina da época, levantou severa discussão acerca dos direitos políticos da mulher, uma vez que naquele momento (meados do século XIX) à mulher já era dada a permissão para frequentar escolas públicas elementares bem como para cursar educação superior. Um dos periódicos da época, escrito por Josefina de Azevedo, defende como condição ao direito de votar exclusivamente a emancipação intelectual. Denunciando qualquer outro modo de restrição de injusto. Josefina era uma intelectual do cenário a época, em 1888 fundou o periódico *A Família* em São Paulo a fim de discutir o papel da mulher na sociedade.

A intelectual foi considerada uma grande defensora dos direitos femininos, baseada nos movimentos da Inglaterra e de outras partes do mundo, aonde a mulher já exercia papéis importantes nas repartições públicas e desfrutava do direito ao divórcio, autonomia financeira e sobretudo, o direito ao voto. Acreditava que o as mulheres por terem os mesmos deveres sociais que os homens também mereciam os mesmos direitos, de maneira geral, sem restrições. Defendia ainda que a capacidade inata da mulher de organização era um atributo especial que fazia da mulher muito mais preparada para a administração pública. Tratava-se de fato de uma luta pela igualdade de gêneros.

Essa ilustre mulher enfatiza através de peças de teatro e outros modos de denúncia, a participação intelectual das mulheres na vida pública que no entanto não era reconhecido, como as cartas e memorandos escritos por mulheres cultas mas assinadas pelos seus maridos, homens públicos. Acreditava que o reconhecimento intelectual habilita a mulher à participar de modo efetivo na vida pública de modo igual, pois a mesma capacidade que habilita a conquista de títulos científicos, habilita a participação na vida política. Nos países desenvolvidos já se reconhecia naquele momento as

mesmas capacidades intelectuais entre homens e mulheres e que o veto aos direitos a participação social de modo igual constituía um preconceito velado. Assim, a defesa dos direitos políticos caracterizados pelo sufrágio feminino representa a participação efetiva da mulher nos movimentos sociais, no entanto a luta da mulher não se restringe ao direito do voto, é muito mais ampla, abrangendo outras instâncias na esfera política, demonstrando que a mulher não só se interessou por política como protagonizou diversas batalhas em prol de tais direitos.

Outros autores como *Rachel Soibet*, demonstram que as aspirações da mulheres das classes mais elevadas, coincidem com o pensamento daquelas mulheres de estratos de baixa renda, que desde sempre eram inseridas no mercado de trabalho a fim de garantir ou ajudar no sustento familiar. A industrialização dos produtos consumidos pela família no final do século XIX, ampliou a necessidade de contribuição financeira por parte das mulheres. O que demandou enorme necessidade de capacitação profissional, suprimindo as barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. Igualmente desejosas de realização profissional e em busca de autossuficiência econômica as mulheres da burguesia também aderiram à luta pela equidade de gêneros no mercado de trabalho. A conquista do espaço público pelas mulheres enfrentou muitos obstáculos, pois uma parte esmagadora da sociedade brasileira e em particular políticos, intelectuais e autoridades em geral, eram opositores da causa feminina alegando inferioridade intelectual e fragilidade. À luta feminina eram empreendidas duras críticas que se manifestavam, sobretudo através da arte e da imprensa.

Nesse contexto hostil surge uma personagem fundamental para o sucesso do movimento feminista no Brasil, *Bertha Lutz* que em 1918 retorna ao Brasil após longa temporada na Europa, aonde cursou graduação em Biologia pela Sorbone. Bertha, embevecida dos ideais feministas dos grandes centros europeus como França e Inglaterra, adere ao movimento feminista. Sendo a segunda mulher a ocupar um cargo no serviço público no Brasil ao ingressar via concurso público no Museu Nacional, depois de Myrtes Campos a primeira advogada aceita na Ordem dos Advogados do Brasil em 1906. Que em breve se tornaram a maior referência em relação aos movimentos feministas no Brasil.

Considerada líder do movimento feminista, juntamente com as companheiras de partido organiza e realizara pronunciamentos públicos, publicando artigos, dando entrevistas, participando de modo incisivo no cenário político de seu tempo. Criou

estratégias que defendiam a inserção da mulher no mercado, na educação, defendia outras questões como amor livre, controle de natalidade (pelo uso do anticoncepcional), e a participação da mulher em outras instâncias da sociedade, com o argumento de que a ascensão feminina propiciaria tanto a conquista de benefícios pessoais como faria das mulheres - instrumentos preciosos de progresso do Brasil. O movimento liderado por *Bertha* também denunciava as condições precárias de trabalho das mulheres pobres. Denominado - Legião da Mulher Brasileira, que dentre as conquistas teve como principal a aceitação em 1922 de mulheres nos colégios até então totalmente masculinizados, Pedro II e Liceus Provinciais do Rio de Janeiro, cujos diplomas permitiam o ingresso automático nas universidades da época. Posteriormente junto com outra líder não menos influente *Maria de Lacerda Moura*, cria uma espécie de partido denominado *Liga para a Emancipação da Mulher Intelectual*.

A entidade funciona como grupos de estudos, discutindo questões básicas sobre o papel da mulher. O que gera conflitos entre as duas líderes, Maria Lacerda buscava discutir muito além, suas aspirações giravam em torno de questões bem mais polêmicas, tirando do foco a prioridade do voto feminino, enfatizando que essa luta beneficiava somente à classe média e não contemplava a totalidade. De fato, ao dar segmento à luta pelo sufrágio feminino percebe-se uma grande representação por mulheres de segmentos elevados.

Entretanto, a capacidade intelectual de *Bertha* e outras participantes da luta feminina pelo voto, bem como a influência, cultural, econômica e social que a maioria das mulheres do movimento exercia, foi fator fundamental para as conquistas dos direitos femininos no Brasil. Após muito debate e manifestações em 1932 o novo Código Eleitoral o decreto 21.076 estabelece no país o voto secreto e o voto feminino. Assim o Brasil torna-se o segundo país da América Latina a estender às mulheres o direito ao voto. Saindo como pioneiro mesmo em relação à países desenvolvidos da Europa como França e Itália.

O movimento sufragista, apesar de ter sido articulado pela elite é considerado processo democrático porque não restringiu apenas à conquistas que contemplavam a elite, mas a sociedade de modo geral foi contemplada. De modo que ainda que não tenha se tornado um movimento de massas, caracterizou-se pela organização que garantiu não apenas o direito ao voto, mas lutava por outras causas democráticas como direitos trabalhistas entre outros.

Além do sufrágio, podemos citar outros movimentos de mulheres a partir daquele momento. Mesmo no período da Ditadura (1937), quando houve um silenciamento das vozes manifestantes no Brasil e das manifestações como um todo. Muitas mulheres se mobilizaram enquanto os homens lutavam na Segunda Guerra Mundial. Mulheres de vários estratos sociais organizaram-se em comitês com diversas finalidades, desde o envio de roupas para os soldados à oposição ao nazismo, e a elevação do custo de vida. Esses movimentos ganharam força após a guerra aonde novos temas eram introduzidos na discussão pelos direitos de igualdade.

Ressalte-se que o movimento feminino no Brasil, sofreu diversas limitações que comprometeram a emancipação da mulher. Em meados do século XX as manifestações sociais em prol das mulheres, reivindicavam o que acreditavam ser fatores que atenuavam as desigualdades nas relações de gênero e conseguiram reduzir parte do que a autora chama de – *fosso* - que distanciava da cidadania plena. Assim, as mulheres passaram a ser pensadas, para além do papel doméstico estabelecido pela tradição. Dessa maneira a história da mulher brasileira é construída à duras penas.

Ressalte-se que o movimento feminista não tem relação com causas homoafetivas. Até meados da década de 80, havia grande preconceito do senso comum em relação ao rótulo de feminista, posto que era associado à masculinização da mulher. E esse foi um dos fatores que dificultaram sobremaneira à ascensão da mulher no Brasil, dado que a massa leiga sempre se mostrou resistente quanto ao assunto.

Considerações finais

Após breve análise dos textos que demonstram a participação política da mulher nas diversas esferas da sociedade ao longo da História. Depreende-se em linhas gerais, que a mulher sempre esteve envolvida nos processos políticos de sua época, seu envolvimento convergia com as lutas travadas em seu tempo e com os ideais vigentes. O texto permite uma visualização mais clara acerca do verdadeiro conceito de cidadania e de democracia, bem como da participação da mulher na construção desses conceitos. Outro ponto importante que não passou despercebido é o conceito de feminino impresso nas lutas por direitos de paridade. Muito mais que uma luta por direitos de cidadania, os ideais que permearam e permeiam o imaginário feminino em busca da paridade de gêneros e da emancipação, envolvem um processo de valorização da mulher enquanto

ser humano. A luta da mulher empreende a construção da própria identidade. A partir das lutas pela libertação dos preconceitos que a inferiorizam, que a segregam.

Assim a luta feminina pela participação efetiva nas esferas sociais públicas ou privadas consiste na sublimação plena do gênero feminino, na sua emancipação propriamente dita; na realização e reconhecimento plenos de sua capacidade intelectual, cultural, econômico, Político, etc.